

Rotina da tortura

O retrato brasileiro feito pelo relatório da Anistia Internacional traz pouca novidade em relação a documentos anteriores sobre o mesmo assunto. A ONG denuncia uso sistemático e generalizado de tortura como prática nas investigações policiais. Também apresenta a superlotação dos presídios e das delegacias. O documento responsabiliza a conjunção desses fatores com as condições subumanas a que os presos estão submetidos pelas constantes rebeliões no Brasil. O motim organizado simultaneamente em 29 centros de detenção de São Paulo pela facção criminosa do Primeiro Comando da Capital (PCC), em fevereiro de 2001, é citado como exemplo.

“Infelizmente a situação dos direitos humanos no Brasil se modifica pouco de um ano para o outro e a principal explicação para isso é a impunidade geral”, afirma Andressa Caldas, da ONG Centro de Justiça Global. O relatório da Anistia Internacional foi feito com base em visitas a delegacias e penitenciárias de vários estados. Estatísticas coletadas por organizações parceiras como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Igreja Católica também integram o corpo de dados usado no documento.

Os integrantes da Anistia relataram casos escabrosos encontrados nas delegacias de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e de Teresina, no Piauí. Na capi-

tal mineira, constataram uma superlotação de 1.000%. Muitos presos estariam obrigados a usar pratos de papel como sanitários. No Piauí, a Polícia Federal encontrou vários instrumentos de tortura na 10ª Delegacia de Polícia da capital.

VÍTIMA

Pessoas simples como Francisco das Chagas, 26 anos, são as maiores vítimas. Ele passou cinco dias no xadrez, sem qualquer acusação contra ele. Saiu de lá direto para o hospital, onde morreu em consequência de ferimentos conseguidos na cadeia. O relatório também chama a atenção para a demora da Justiça em punir responsáveis por massacres como o ocorrido em Eldorado dos Carajás, no qual 19 sem-terra foram assassinados numa desocupação de terra (*leia na página 9*).

A principal função do documento, divulgado com estardalhaço anualmente, é constranger os governos a tomarem providências para combater as violações aos direitos humanos. Há anos, entretanto, o Brasil passa pela mesma vergonha diante da comunidade nacional e internacional sem obter grandes avanços na área. A Anistia espera forçar os governantes a pelo menos responder a cada um dos pontos negativos apontados em seu relatório anual. (MO)